



Volta ao trabalho presencial requer cuidados e responsabilidade com a vida

Conferência Estadual do Rio debate saúde, condições para volta ao trabalho e sequelas da Covid-19. Comando Nacional negocia condições para o retorno com a Fenaban

A pandemia da Covid-19 tornou a questão sobre a saúde dos trabalhadores ainda mais prioritária. O tema foi um dos destaques da I Conferência Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Ramo Financeiro, realizada no último sábado (14). O evento por meio digital foi organizado pela Federa/RJ, a nova entidade regional representativa dos bancários e demais empregados do setor. No painel sobre saúde, o secretário de Saúde da Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), Mauro Salles criticou os bancos que estão ensaiando e praticando a volta de bancários em home office e funcionários do grupo de risco ao trabalho presencial, sem qualquer cuidado com a segurança e a vida dos funcionários. “Na última reunião do Comando Nacional com a Fenaban, cobramos a responsabilidade dos bancos, que estão colocando os bancários em risco como se tivesse tudo normalizado, o que só acontecerá com as duas doses completas. Há ainda várias outras situações que precisam ser levadas em consideração, como aqueles que têm familiar no grupo de risco, com comorbidade”, avaliou.

Providências

Salles disse que, “para o bancário voltar às agências, quando houver uma situação mais segura, o funcionário tem que passar por exames médicos antes do retorno”. A Fenaban disse, na última negociação feita com o Comando Nacional, na sexta-feira (13), reconhecer que o momento requer prudência, mas não pratica isso. A situação mais grave é no Santander que anunciou o retorno de 80%



de seu quadro de funcionários ao trabalho presencial. A Conferência defendeu ainda um protocolo único para todos os bancos, com os mesmos parâmetros, reivindicação levada à mesa de negociação.

Situação é ainda crítica

O dirigente da Contraf-CUT disse ainda que as medidas de prevenção precisam continuar nos bancos, em função da situação complicada da pandemia. “As condições ainda são críticas e o Rio de Janeiro já é um dos epicentros da variante Delta. Ainda temos no país, 860 mortes diárias, a vacinação é lenta e desigual. Segundo especialistas da Fiocruz a lentidão na imunização faz com que tenha de haver pelo menos 80% de imunização completa na população e só temos 23%. E, mesmo com a vacina, que reduz a gravidade e o risco de morte, pode haver o adoecimento. Por isso, é preciso manter os cuidados e as medidas de proteção”, alerta.

Imunização dos bancários

Salles destacou ainda a im-

portância da inclusão da categoria bancária no Plano Nacional de Imunização do Ministério da Saúde, garantido após muita pressão dos sindicatos, mas criticou o fato de que, em muitos estados e municípios, a vacinação sequer começou, como é o caso do Rio de Janeiro.

Metas adoecem

No Encontro Estadual, os participantes criticaram as metas abusivas que continuam a todo o vapor durante a pandemia e denunciaram que as LER/Dorts cresceram com o home office improvisado, que foi necessário para proteger as vidas, mas o bancário trabalha, muitas vezes, em situação insalubre, com o notebook no colo, na mesa

de refeições, o que elevou as doenças ocupacionais físicas e os problemas psíquicos na categoria, situação agravada pelos temores de ser demitido, do vírus e da morte. Segundo Salles, o “mecanismo adoecedor” que já existia, se aprofundou com metas cada vez mais duras”. Os delegados que participaram do encontro criticaram ainda o tratamento dado aos bancários nas clínicas contratadas pelos bancos, como é o caso do Itaú, que vem recebendo seguidas denúncias dos funcionários. Os serviços médicos dos bancos dificultam o atendimento e muitos profissionais trabalham para negar as doenças ocupacionais e os benefícios do INSS para os empregados.

Sequelas preocupam

Outra preocupação apontada pelos dirigentes sindicais são as sequelas da Covid-19. Estudos comprovam que mesmo com sintomas leves, o vírus deixa sequelas, especialmente problemas neurológicos, cardíacos e de memória. Muitos bancários estão voltando às agências com sequelas, impactando na saúde e no desempenho da atividade profissional e a situação se agrava em função das metas, com ameaças de descomissionamento e demissões.

Protestos nesta quarta (18) pela estabilidade de servidores e por concursos públicos

Reforma Administrativa do Governo Bolsonaro, se passar, será um desmonte do estado brasileiro.

Mais detalhes na página 4 e em nosso site: www.bancariosrio.org.br

PAIZÃO BANCÁRIO

Curso começa na terça (17)



A Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato realiza nesta terça (17) e quarta-feira (18), sempre às 18h30, mais uma edição do curso “Paternidade Responsável”, por videoconferência. A certificação é necessária para que os bancários possam desfrutar do direito à ampliação da licença paternidade para 20 dias, incluído na Convenção Coletiva da categoria (CCT). Os papais bancários ainda podem garantir sua vaga, até instantes antes do início das aulas, pelos telefones (21) 2103-4165/4170 ou através do email politicassociais@bancariosrio.org.br.

Itaú não cumpre protocolos

A Secretaria de Saúde do Sindicato dos Bancários do Rio tem recebido seguidas denúncias de que o Itaú não está seguindo os protocolos de prevenção ao coronavírus, colocando em risco a vida dos bancários e seus familiares e também dos clientes. A situação é mais grave na Zona Sul e na região da Leopoldina. Em casos de contaminação pela Covid-19, as agências não estão sendo higienizadas e gestores estariam omitindo a causa real do afastamento do funcionário contaminado. Os bancários devem procurar o seu médico e a Secretaria de Saúde do Sindicato, até mesmo em relação às sequelas do vírus, para o preenchimento da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho). Informações e/ou orientações pelos telefones 2103-4110/4111 ou pelo email saude@bancariosrio.org.br. O sigilo é garantido.

Lucros recordes a custa de demissões e pressão por metas na pandemia



Em março de 2020, quando a incerteza e o medo tomaram o mundo inteiro diante de uma nova doença, os otimistas procuraram ver uma oportunidade para que a humanidade evoluísse, exercitando seu lado mais fraterno. Mesmo que parecesse utópico para alguns, era realmente uma chance para exercer a solidariedade, em uma situação que afetava a todos, de um modo ou de outro.

Quase um ano e meio depois, constatamos que essa oportunidade foi desperdiçada aqui no Brasil, desde a primeira hora, pelo governo federal, que na luta contra a covid-19, escolheu o lado do vírus e trabalhou intensamente a favor da morte. Com Bolsonaro vai demorar mais a nossa saída da pandemia; isso custará centenas de milhares de vidas, quando pelo menos um terço delas poderia ter sido salvo. Nenhuma sociedade pode avançar com um trauma desses.

E como é possível que esta mesma sociedade assista com

naturalidade aos ganhos exorbitantes dos bancos neste mesmo período de recordes de mortes e desemprego? Acabam de ser divulgados os resultados dos lucros de quatro dos cinco maiores bancos do país. No primeiro semestre de 2021, Bradesco, Itaú-Unibanco, Banco do Brasil e Santander, juntos, lucraram R\$ 43,9 bilhões, um crescimento de 55,1% com relação

ao mesmo período de 2020.

Em outras palavras, ainda em meio a pandemia os bancos tiveram lucros dentre os maiores da história. Dois fatores contribuíram de forma marcante para os resultados: redução extraordinária de provisionamento contra devedores duvidosos (os chamados PDDs) e fechamento de agências físicas de forma disseminada. Soma-se a isso o fechamento de mais de 15 mil postos de trabalho, com destaque negativo para Bradesco, menos 9,4 mil, e Santander, menos 7 mil.

Neste mesmo período, o que observamos no tocante aos bancários? Tiveram o trabalho ainda mais precarizado: considerados trabalhadores essenciais, permaneceram trabalhando no atendimento, expostos à contaminação, com aplicação de rodízios e protocolos relegados, muitas vezes, aos critérios subjetivos, e não a normas claras e unificadas. A receita para esse lucro indecente dos banqueiros, o Sindicato vem denunciando e combatendo desde o ano pas-

sado: demissões em massa, desrespeito ao acordo firmado entre a Fenaban e os sindicatos; a cobrança de metas absolutamente irreais, sobretudo durante um período pandêmico; fechamento de agências e postos de atendimento e o adocimento de funcionários, sobrecarregados pelo excesso de trabalho e cobranças.

O Banco do Brasil, por exemplo, mesmo sendo público, acabou com quase sete mil postos de trabalho em um ano, fechou mais de 400 pontos de atendimento (entre agências e postos) e somou 2,9 milhões de novos clientes. Já o Bradesco fechou 1.088 agências. Ambos obtiveram lucros recordes, evidenciando uma matemática elementar: menos agências, menos bancários, mais lucros. Sem levar em consideração que um dos fatores em jogo na equação são vidas humanas, famílias inteiras. A propósito: segundo o boletim Emprego em Pauta, do Dieese, o número de desligamentos por morte no primeiro trimestre de 2021 entre bancários teve um crescimento de 176,4%.

Nem os pessimistas esperavam que chegaríamos a este ponto de desigualdade e exploração. Todos nós sabemos que recordes não são obra do acaso, sejam eles de lucros ou de mortes. Normatizar ambos é decretar nosso fim como sociedade.

**José Ferreira – Presidente do Sindicato dos Bancários Rio. Artigo publicado também no Blog do Servidor/Correio Braziliense (15/8/2021)*

BANCÁRIO

Presidente: José Ferreira Pinto – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502/17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** Carlos Vasconcellos e Olintho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 9000

Bancários do Rio aprovam resoluções para a Conferência Nacional



Adriana Nalesso, presidenta da Federa/RJ e José Ferreira, presidente do Sindicato em uma atividade de mobilização, no Rio. Reivindicações urgentes precisam se discutidas já, com os bancos

A I Conferência dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Ramo Financeiro, realizada no último sábado (14), por meio virtual, aprovou as resoluções que expressam as principais preocupações da categoria bancária (confira no quadro) que serão levadas para a 23ª Conferência Nacional, que

será realizada dias 3 e 4 de setembro (sexta e sábado), também por videoconferência.

As propostas serão encaminhadas pelo Comando Nacional dos Bancários à mesa de negociação com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

REIVINDICAÇÕES IMPORTANTES

A presidenta da Federa/RJ (Federação das Trabalhadoras e Trabalhadores do Ramo Financeiro), Adriana Nalesso, lembrou que este ano não haverá negociação relativa à Convenção Coletiva de Trabalho, já que a CCT, assinada em 2020, vai vigorar até 2022. Há, no entanto, reivindicações importantes, algumas delas urgentes, que não podem esperar para serem tratadas com os bancos. Na plenária final da conferência foi eleita uma delegação de 122 bancários que

Principais resoluções aprovadas

- Unificar padrões dos protocolos e medidas de prevenção à Covid-19
- Garantia no emprego
- Garantias dos direitos no Teletrabalho
- Defesa dos bancos públicos e combate às privatizações
- Defesa dos fundos de pensão e sistemas de saúde dos bancários
- Apoio ao movimento Fora Bolsonaro
- Participação nas mobilizações nacionais do dia 18 de agosto, contra a PEC 32
- Participação nos protestos de 7 de setembro, pelo impeachment de Jair Bolsonaro.

representarão a categoria bancária que trabalha no estado, na Conferência Nacional.

O presidente do Sindicato do Rio, José Ferreira, ressaltou que da delegação, 40% são mulheres e 60% homens, o que representa um avanço. Mas destacou que o objetivo é

chegar à paridade. Foi, ainda, aprovada uma moção de repúdio a práticas antissindiciais do Santander. Confira em nosso site, a cobertura completa, com todas as informações do Encontro Estadual: www.bancariosrio.org.br.

Bancários pressionam Senadores em defesa da Cassi e do Saúde Caixa

O Sindicato dos Bancários do Rio convoca a categoria para intensificar a mobilização em defesa do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 342/2021 (anterior PDC 956/18, da deputada federal Érika Kokay, do PT do Distrito Federal) que susta os efeitos da resolução 23 da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União), que prejudicam os direitos dos sistemas de saúde dos funcionários de estatais. “É bom lembrar que a intenção do Governo Bolsonaro com a resolução 23 da CGPAR é atacar os direitos dos sistemas de saúde dos trabalhadores de estatais, como é o caso do nosso Saúde Caixa e da Cassi, no caso dos funcionários do Banco do Brasil. Precisamos intensificar a pressão sobre os senadores para aprovarmos a proposta que susta os efeitos desta resolução, prejudicial aos



Foto: Beto Barata/Agência Senado

É preciso pressionar o Senado para barrar a retirada de direitos nos sistemas de saúde dos trabalhadores das estatais

direitos dos trabalhadores de estatais referente aos sistemas de saúde. Contamos com toda a categoria nessa luta”, disse a diretora do Sindicato dos Bancários do Rio, Sônia Eymard. O Senador Romário foi definido como relator e já emitiu parecer favorável, mas os bancários e demais trabalhadores de estatais precisam que o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 342/2021 seja aprovado pelo Senado com ampla maioria. Se a proposta da deputada Érika kokay for rejeitada no Senado,

a CGPAR 23 será implantada imediatamente. “O custeio do Saúde Caixa, por exemplo, vai passar a ser 50x50 (empregado x empresa), a mensalidade será por faixa de idade e as premissas mais importantes do plano, a solidariedade e o pacto intergeracional, irão acabar”, alerta Sônia Eymard.

As entidades associativas e os sindicatos têm encaminhado ofícios, abaixo assinado, pareceres, e buscado impedir mais esse absurdo do Governo Bolsonaro contra a classe trabalhadora, mas as direções dos bancos públicos tentam impor a CGPAR 23, mesmo tendo autonomia para não fazer isso.

Confira em nosso site, a relação dos emails dos senadores e o modelo de mensagem para pressionar os parlamentares a aprovarem o PDL 342/2021 para você participar da campanha em defesa dos direitos à saúde dos trabalhadores de estatais.

Fenaban promete manter jornada prevista na CCT

MP do Governo Bolsonaro passou na Câmara e vai para o Senado. Mobilização vai continuar.

A Câmara dos Deputados aprovou, na última quinta-feira, 12 de agosto, a Medida Provisória 1045/2021, editada pelo governo federal em abril e que institui o “Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda”. A proposta autoriza a suspensão de contratos e redução da jornada de trabalho, com redução salarial. Mais uma vez, o Governo Bolsonaro tenta ajudar os empresários atacando direitos dos trabalhadores, agora através do relatório do deputado Christino Áureo (PP-RJ), da base governista, que incluiu no texto 400 emendas, uma verdadeira reforma Trabalhista. Entre os ataques aos direitos dos trabalhadores, a proposta permite na emenda 40, através de acordo individual ou coletivo, alterações na jornada de seis horas de várias categorias, como os bancários, com redução do adicional das horas extras. O projeto segue agora para apreciação do Senado. Se aprovado sem alterações, segue para sanção presidencial.

VAI CUMPRIR O ACORDO?

Em negociação com o Co-

mando Nacional dos Bancários, representantes da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) disseram nesta sexta (13), que os bancos “não têm parte na autoria desta proposta” que retira direitos da jornada dos bancários e garantiu que vai manter o que está acordado na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria. Há um entendimento jurídico de que a jornada dos bancários é prevista e garantida nos artigos 224 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e as horas extras, no artigo 225, mas o movimento sindical alerta que, mesmo com a

promessas dos bancos de cumprirmos o acordado da CCT, é preciso lutar contra o projeto do governo, não apenas para preservar direitos corporativos, mas também ser solidário com outras categorias. “Mesmo com a promessa dos bancos de cumprir a nossa Convenção Coletiva é importante que nós, bancários e bancárias, junto com os demais trabalhadores, possamos realizar uma forte campanha nas redes sociais e protestos nas ruas para barrar mais este ataque do Governo Bolsonaro, que tenta reduzir custos e elevar ganhos do empregador com o trabalhador pagando a conta”, disse o presidente do Sindicato dos Bancários do Rio José Ferreira.

O QUE PROPÕE A EMENDA

A emenda 40 prevê que categorias com jornadas especiais - menores que oito horas - como é o caso dos bancários, podem ter a jornada estendida para oito horas mediante acordo individual ou acordo coletivo, fixando em

20% o adicional pelas horas extras que passam a compor a jornada normal de trabalho (sétima e oitava horas). Pelas regras atuais previstas na legislação trabalhista, a hora extra tem adicional de 50% (segunda a sábado) e 100% (domingos ou feriados). Mesmo utilizando como justificativa a crise da pandemia, na prática, a proposta tem mais um agravante: a alteração na jornada pode ser aplicada inclusive após o período de emergência decorrente da pandemia da Covid-19. Em nota técnica, o Ministério Público do Trabalho (MPT) defende as jornadas especiais instituídas para algumas categorias, como a dos bancários. “Ressalta-se, ainda, que o legislador fixou jornadas especiais de trabalho para certas categorias de trabalhadores não por capricho, mas em razão das condições especiais inerentes ao exercício de suas atribuições, com sobrecarga física e mental diferenciada em relação aos demais. Para tais situações, a previsão legal de jornadas de trabalho reduzidas constitui importante medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, contribuindo para a prevenção de doenças físicas e psíquicas”, explica o MPT, considerando a mudança na jornada mediante acordo individual ou coletivo como inconstitucional.

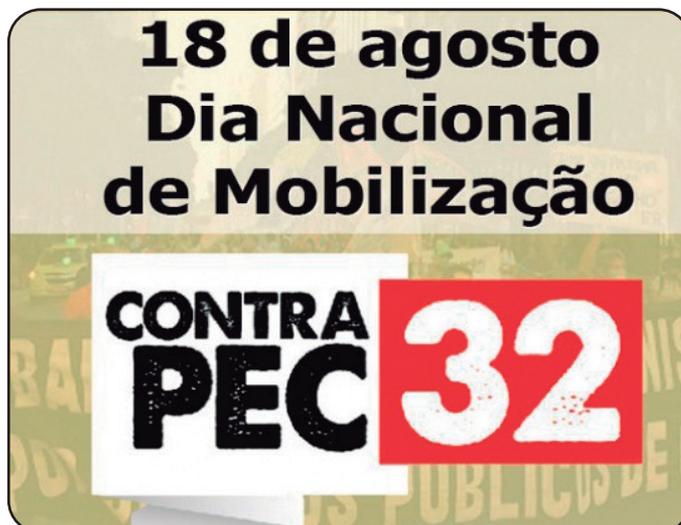
Protestos e greve dos servidores acontecem nesta quarta-feira (18)

Bancários e demais categorias participam de protesto contra PEC 32, que promove um verdadeiro desmonte do estado brasileiro

Os servidores públicos entram em greve nacional nesta quarta-feira, 18 de agosto, em protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, a reforma Administrativa do governo de Jair Bolsonaro (sem partido). Funcionários públicos municipais, estaduais e federais participam da paralisação. Haverá ainda manifestações em todo o país, com a participação de diversas categorias. O Sindicato dos Bancários do Rio convoca a categoria a participar dos atos públicos.

MOTIVOS PARA PROTESTAR

A reforma não inclui a ‘elite pri-



vilegiada do funcionalismo público’, como juízes, procuradores e promotores públicos, militares e parlamentares e não acaba com os supersalários. A maioria dos servidores ganha salários que não chegam a três mil reais e estes que serão prejudicados pela PEC. Além do não à PEC 32, as manifestações vão defender empregos, vacina para todos, auxílio emergencial de R\$ 600 até o fim da pandemia, contra o aumento da inflação, dos preços altos e contra as privatizações de estatais estratégicas para o desenvolvimento do Brasil. No Rio, a concentração será às 16 horas, na Candelária, seguido de passeata.